



Os problemas (graves) da automedicação



Tomar um remédio por conta própria parece, para muita gente, um atalho inofensivo: a dor de cabeça melhora, a febre cede, a gripe “passa mais rápido”. O problema é que essa prática, quando vira hábito, pode esconder doenças, atrasar diagnósticos, provocar reações adversas e até agravar quadros que precisavam de outro tipo de conduta. No Brasil, isso não é algo raro: uma pesquisa do ICTQ (Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade) divulgada pelo Jornal da USP em 2025, com dados de 2024, mostrou que 9 em cada 10 brasileiros tomam medicamentos sem prescrição.

É fato que existem os chamados medicamentos isentos de prescrição (MIPs), vendidos sem receita e indicados para o alívio de sintomas de doenças leves. Mas “ser vendido sem receita” não significa **“ser isento de risco”**. A própria Anvisa reforça que todo medicamento apresenta riscos e deve ser usado com base na relação benefício-risco.





➤ Por que a automedicação é mais perigosa do que parece

O primeiro problema é que o remédio pode **mascarar** sinais importantes. Uma dor, uma febre, um mal-estar ou uma azia recorrente podem até melhorar por algumas horas, mas a causa real continua evoluindo.

O segundo é o risco de interações medicamentosas: um medicamento pode aumentar, ou até reduzir o efeito de outro sem que a pessoa perceba.

Além disso, dose errada, intervalo inadequado e tempo de uso incorreto podem levar tanto à ineficácia quanto à toxicidade. Entre os riscos reconhecidos por órgãos de saúde estão reações adversas, intoxicação, dependência, resistência a medicamentos e até morte.



Antibióticos merecem um alerta especial

Quando o assunto é antibiótico, o risco coletivo é ainda maior. A OMS destaca que o uso excessivo e inadequado de antimicrobianos é um dos principais fatores que **umentam a resistência antimicrobiana**, um cenário em que bactérias, vírus, fungos e parasitas deixam de responder como deveriam aos medicamentos, tornando infecções mais difíceis de tratar. No Brasil, a venda desses medicamentos é controlada e a prescrição deve seguir regras específicas, com retenção de receita, justamente porque o uso irracional traz consequências para o paciente e para a saúde pública.

Isso significa que tomar antibiótico “porque da outra vez melhorou”, interromper o tratamento antes do tempo previsto pelo médico, prolongá-lo por conta própria ou usá-lo sem indicação correta não é um detalhe: é uma decisão que pode falhar no tratamento atual e ainda favorecer o surgimento de microrganismos resistentes.



O erro pode ser ainda mais grave em algumas doenças

Há situações em que a automedicação não é apenas inadequada, ela pode ser realmente perigosa. Em 2024, o Ministério da Saúde alertou que, em casos suspeitos de dengue e chikungunya, o uso de medicamentos sem orientação pode causar reações graves e hemorragias; no caso da dengue, anti-inflamatórios não esteroidais devem ser evitados até que o diagnóstico seja esclarecido, justamente pelo risco aumentado de sangramento.

Esse é um bom exemplo de como “tratar o sintoma” sem entender a doença **pode piorar** muito o desfecho. O remédio escolhido pode até parecer lógico para dor e febre, mas ser inadequado para aquela infecção específica.

Gestantes, lactantes, crianças e idosos exigem cuidado especial no uso de medicamentos. A Anvisa orienta explicitamente que esses grupos merecem atenção diferenciada, porque dose, efeitos adversos, metabolismo e interações podem se comportar de forma diferente. O mesmo vale para quem já usa vários remédios ao mesmo tempo ou convive com doenças crônicas, como hipertensão, diabetes, doença renal, hepática, respiratória ou cardiovascular.



Por que esse hábito se mantém tão comum

A automedicação cresce onde existe facilidade de acesso ao produto, excesso de informação de baixa qualidade, dificuldade para conseguir consulta e uma cultura de “**resolver rápido**”. Também pesa a ideia de que todo desconforto precisa ser eliminado imediatamente com comprimidos, xaropes ou gotas. Só que transformar qualquer sintoma em motivo para remédio pode levar ao uso desnecessário e repetido de substâncias que não eram a melhor solução para aquele caso.

Não por acaso, o tema ganhou reforço em lei. A Lei 14.912/2024 alterou a Lei Orgânica da Saúde para determinar campanhas permanentes de conscientização contra a automedicação em todas as esferas do SUS, com atenção especial ao uso de antibióticos e medicamentos sujeitos a controle especial.



Quando procurar orientação em vez de tentar resolver sozinho



Sintomas persistentes, recorrentes, intensos ou acompanhados de sinais de alarme não devem ser tratados “na tentativa”. Febre prolongada, falta de ar, dor no peito, sangramentos, vômitos persistentes, piora do estado geral, reações após tomar um medicamento ou uso repetido do mesmo remédio sem melhora são exemplos de situações que pedem avaliação profissional. Mesmo em sintomas leves, o melhor caminho continua sendo usar o medicamento correto, na dose correta, pelo tempo correto e com orientação adequada.

O problema da automedicação não está só no remédio em si, mas na falsa sensação de segurança. Um medicamento pode aliviar um sintoma e, ao mesmo tempo, esconder uma doença, provocar efeito adverso, interagir com outro tratamento ou agravar um quadro que exigia outra abordagem.



Agende uma reunião para falar com um especialista

Dra. Marcela L. F.
Candido

Diretora Técnica
Médica

CRM-SP 176.449 |
RQE 105663

Canais de comunicação da Bolder Medical:



boldermedical.com.br



(19) 99938-1842




(19) 99938-1842



contato@boldermedical.com.br

Siga nossos perfis nas
redes sociais e acompanhe
o nosso blog



 <https://boldermedical.com.br/blog>